



Construção deve ser alternativa para o desemprego jovem



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

Os números do INE revelam um preocupante impacto da pandemia no desemprego jovem, o qual regista um crescimento 4 vezes acima da média nacional no final do 1º trimestre, face ao ano anterior, apontando-se ainda a redução de 100 mil empregados jovens no mesmo período. É uma realidade a que é necessário responder e, sem quaisquer dúvidas, uma das soluções prioritárias é promover o alinhamento destas necessidades por parte da nossa população mais jovem, com as efetivas oportunidades que, neste momento, o mercado de trabalho permite colmatar. No Setor da Construção e do Imobiliário identificava-se, ainda antes da eclosão do surto pandémico, a falta de 60 a 70 mil trabalhadores.

O “matching” entre a procura e a oferta de trabalho é essencial, já que não faz qualquer sentido coexistirem fenómenos como o desemprego e a falta de mão-de-obra nas empresas. Ainda faz menos sentido quando se está a preparar a implementação de um PRR – Plano de Recuperação e Resiliência que tem por objetivo assegurar uma retoma sustentada da economia e do emprego e que pretende dinamizar o emprego e o investimento. E, para isso, tal como temos defendido,

a qualificação e a formação profissional são instrumentos essenciais tanto para apoiar a competitividade das empresas, como para assegurar aos trabalhadores e, em particular, os mais jovens, as qualificações e as competências que o mercado de trabalho exige.

O Setor precisa de mão-de-obra qualificada, de uma força de trabalho jovem e orientada para novos desafios como a transformação digital, a Construção 4.0 ou a sustentabilidade e dispõe, inclusivamente, de centros de formação de referência, designadamente o CICCOPN e o CENFIC, que podem e devem dar uma resposta a todos os que pretendem iniciar uma carreira profissional com perspetivas de futuro ou, igualmente importante, que pretendem reorientar a sua formação, já que os setores mais afetados pela pandemia ainda vão demorar mais algum tempo até recuperar. E, ao mesmo tempo, os jovens têm de poder aceder a estas oportunidades, pelo que necessitam de uma oferta formativa adequada.

Compete, por isso, ao Estado, atuar de imediato no sentido de assegurar o alinhamento estratégico da formação profissional com as necessidades das empresas e criar condições para que os fundos europeus destinados à recuperação do nosso País sejam plenamente utilizados e convertidos num efetivo aumento de competitividade do nosso tecido empresarial e, ao mesmo tempo, corresponder às legítimas expectativas dos jovens e de todos aqueles que querem, precisam e devem poder trabalhar e construir um futuro globalmente sustentável.

Compete, por isso, ao Estado, atuar de imediato no sentido de assegurar o alinhamento estratégico da formação profissional